

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL

Coordenadores:
Joel Serrão

António Barreto e Maria Filomena Mónica:
Suplemento – 1926-1974

António Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos:
Suplemento – 1974-1976

Todos os direitos reservados, de harmonia com a lei em vigor

Título: Dicionário de História de Portugal. O 25 de Abril
Coordenadores: António Reis, Maria Inácia Rezola, Paula Borges Santos
Coordenação dos índices: Nuno Estêvão Ferreira
Créditos de tradução: Carlos Queirós

Copyright © Livraria Figueirinhas
Editor: Francisco Pimenta
Coordenação editorial: José Pimenta

1.ª edição: 2016

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma ou por qualquer processo electrónico, mecânico ou fotográfico, incluindo fotocópia, gravação ou armazenamento em suporte magnético ou óptico, sem autorização prévia e escrita do editor. Exceptua-se naturalmente a transcrição de pequenos textos ou passagens para a apresentação ou crítica do livro. Esta excepção não deve de modo nenhum ser interpretada como sendo extensiva à transcrição de textos em recolhas antológicas ou similares donde resulte prejuízo para o interesse da obra. Os transgressores são passíveis de procedimento judicial

Depósito Legal n.º 406496/16

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL

O 25 de Abril

ANTÓNIO REIS
MARIA INÁCIA REZOLA
PAULA BORGES SANTOS

(COORDENADORES)

FIGUEIRINHAS

Empresas, p. 49-50. Porto: Afrontamento, 1976, 3 volumes • Raquel VARELA – *A História do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand, 2011 • **Sítios da Internet:** www.marxists.org/portugues/gramsci/1921/02/10.htm: cons. 11 dez. 2011 • Leon TROTSKY – *Workers' Control of Production* (August 1931), in www.marxists.org/archive/trotsky/germany/1931/310820.htm: cons. 2 jan. 2012.

Cooperativas. As mudanças políticas decorrentes do 25 de Abril de 1974 permitiram revitalizar o movimento cooperativo, dando condições para o aparecimento de novas cooperativas e para a renovação das que tinham funcionado durante o Estado Novo. Algumas dessas cooperativas existiam desde o século XIX ou da I República, mas a maior parte tinha sido criada pela ditadura. A essas cooperativas juntaram-se centenas de outras que foram constituídas nos anos que se seguiram à Revolução. Existiam assim cooperativas com diferentes origens, percursos e formas de funcionamento, que os governos procuraram enquadrar em regras democráticas. Os dados reunidos por Henrique Schawarz da Silva (1995, p. 281), apresentados no quadro, indicam o número de cooperativas existentes oficialmente aquando do golpe militar de 25 de abril e, também, em 1976 e 1978. Vários autores advertem para a fraca fiabilidade das estatísticas relativas às cooperativas, decorrente tanto das diferentes classificações adotadas pelas entidades que reúnem os dados, como dos métodos de recolha e cálculo seguidos. Apesar

destas limitações, os dados podem ser usados como indicadores de um universo de organizações instável e complexo. Calcula-se que antes da Revolução de 1974 estivessem a funcionar 900 cooperativas. Destas, cerca de 300 seriam anteriores à consolidação do Estado Novo. À semelhança do que aconteceu em outros países da Europa, o movimento cooperativo desenvolveu-se em Portugal a partir de meados do século XIX, inspirado pela cooperativa Rochdale Pioneers (Manchester, Reino Unido), criada em 1844. A Lei Basilar de 1867 conferiu o primeiro enquadramento legal às cooperativas, estimulando a disseminação dos valores cooperativistas. Grande parte destas surgiu nas áreas urbanas e mais industrializadas de Porto e Lisboa (incluindo margem sul do rio Tejo), outras apareceram em áreas rurais ou em pequenos centros urbanos. Muitas tiveram existência efémera. Outras resistiram não só às instabilidades políticas e sociais, que marcaram as décadas de finais da Monarquia Constitucional e a I República, como também ao controlo e à perseguição exercidos pelos governos das ditaduras que se seguiram ao golpe militar de 1926. Em 1933-1934, a consolidação do Estado Novo tornou claro que o regime era incompatível com os valores democráticos e emancipatórios, que alicerçavam o movimento cooperativo. A defesa desses valores foi assumida por diferentes correntes políticas e ideológicas

de oposição à ditadura, que, por diversas vias, procuraram manter em funcionamento as cooperativas já existentes. Ao contrário do que aconteceu com outras organizações da sociedade civil (associações e sindicatos, por exemplo), a ditadura tolerou o funcionamento de cooperativas. Juridicamente, estas continuaram regidas pelo Código Comercial de 1888 e, enquanto sociedades comerciais, não foram proibidas. Todavia, a crescente perseguição ao movimento associativo e sindical afetou, inevitavelmente, as cooperativas. Como frequentemente todas estas organizações estavam vinculadas às dinâmicas locais e se alicerçavam em redes sociais que se cruzavam, as atividades de dirigentes e sócios eram facilmente consideradas ilegais e subversivas pelo Estado Novo, o que perturbava a continuidade das cooperativas. A maior parte das 193 cooperativas de consumo e das 132 caixas de crédito, contabilizadas em abril de 1974, teriam sido criadas antes do Estado Novo. As origens de umas e outras são distintas, sendo também encaradas de forma diferente pela ditadura. Muitas das caixas de crédito apareceram na sequência da legislação de 1911, resultaram das dinâmicas locais e surgiram dispersas pelo país. O Estado Novo submeteu-as à tutela da Caixa Geral de Depósitos (banco público), que as transformou em meros balcões de atendimento local. Ficaram controladas pelos poderes centrais e impossibilitadas

de dar apoio financeiro às atividades agrícolas. Durante o Estado Novo, as cooperativas de consumo, que representavam a vertente mais ativa do cooperativismo na Monarquia Constitucional e I República (em 1926 existiriam 336), acabaram por se destacar na defesa dos valores do movimento. Continuando a ser disputadas por diferentes tendências políticas, procuraram manter ativo o respeito pelos princípios cooperativistas, consagrados em 1937 pela Aliança Cooperativa Internacional. Por um lado, muitas das cooperativas de consumo estavam estreitamente ligadas aos meios operários de Lisboa e Porto, onde o Partido Comunista Português estava fortemente implantado. Por outro, tiveram apoios oriundos da Seara Nova, nomeadamente de António Sérgio, que foi um dos mais destacados teóricos e promotores do cooperativismo em Portugal no século XX. Inspirado por Charles Gide, o grupo reunido em torno de António Sérgio, constituído por personalidades que representavam diferentes tendências da oposição (socialistas, republicanos, anarquistas, comunistas, católicos), conferia centralidade às cooperativas de consumo. Em 1951, começaram a publicar o *Boletim Cooperativista*. Quatro anos depois, promoveram a UNICOOPE-União Cooperativa Abastecedora. Esta cooperativa de segundo nível funcionava como central de compras, que fornecia as cooperativas que vendiam a retalho.

Apesar das tentativas, revelou-se difícil reunir todas as cooperativas de consumo na UNICOOPE, que em 1974 contava com cerca de 100 associadas. A par dos objetivos económicos, muitas destas cooperativas visavam também promover atividades educativas, culturais e cívicas. Contudo, temendo que estas se tornassem manifestações de oposição política, o Estado Novo procurava limitá-las. Alegava que as cooperativas tinham fins estritamente económicos, dificultando a constituição legal das que visassem outros objetivos. Mesmo assim, a partir dos anos 60, surgiram várias cooperativas que davam prioridade às áreas culturais e educativas. Em 1971, com a publicação da Lei n.º 570/71, muitas foram impedidas de funcionar. Equiparando as cooperativas que não fossem estritamente económicas a associações, foi-lhes exigido que os estatutos e os corpos gerentes fossem ratificados pelas autoridades, impossibilitando, na prática, que tivessem reconhecimento legal. Muitas cooperativas acabaram por ser encerradas e os promotores perseguidos pela polícia política. Algumas lograram continuar em atividade, como a Cooperativa Cultural Árvore (Porto), fundada em 1963. Apesar da considerável relevância adquirida pelas cooperativas antes referidas, eram as cooperativas criadas pelo Estado Novo que tinham maior expressão numérica em abril de 1974. Os apoiantes da ditadura disputaram com os outros

protagonistas políticos as propostas cooperativistas, adaptando-as e integrando-as na doutrina oficial e no sistema corporativo. Defendiam que a forte intervenção do Estado assegurava o funcionamento mais eficiente da rede de cooperativas. Estas foram concebidas como entidades dependentes das instituições corporativas, que o regime tutelava, sem que houvesse oportunidade para uma participação alargada dos sócios. Grande parte destas cooperativas estava relacionada com a produção e transformação de produtos agrícolas. Depois de algumas experiências, nem sempre bem-sucedidas, nos anos 30, o Estado fomentou a formação de cooperativas após a II Guerra. As 401 cooperativas agrícolas contabilizadas em abril de 1974, que outros autores podem designar de transformação de produtos agrícolas, traduziram a aposta do Estado Novo em alguns subsectores produtivos (vinho, azeite, leite, hortofrutícolas). Nasceram na dependência dos gremios da lavoura, careciam de autorização do Ministério da Economia, eram financiadas por fundos geridos pela Junta de Colonização Interna (Direção-Geral da Subsecretaria/Secretaria de Estado da Agricultura do Ministério da Economia) e por organismos de coordenação económica conforme o subsector de especialização (Junta Nacional do Vinho, Junta Nacional do Azeite, Junta Nacional dos Produtos Pecuários e Junta Nacional das Frutas). Estas

cooperativas agrícolas tornaram-se instrumentos para promover as políticas de estabilização dos preços, standardização dos processos de fabrico, higienização e sanidade dos produtos. Assumiam a forma de lagares de azeite, adegas de vinho, armazéns de frutas, estabelecimentos de compra e venda de produtos para a agricultura ou aluguer de maquinaria. Estavam dispersas pelo país, conforme a tendência da especialização produtiva regional, e dinamizavam diferentes cadeias de produção, transformação e distribuição. Tornaram-se essenciais para garantir o abastecimento de produtos básicos aos habitantes dos centros urbanos em expansão. Estas organizações não assumiam a vertente associativa inerente às cooperativas, que estava entregue aos Gremios da Lavoura (filiavam obrigatoriamente todos os agricultores), concentrando-se no desempenho de funções económicas. A maior parte das cooperativas agrícolas contabilizadas em abril de 1974 continuou a funcionar nas décadas seguintes. Nos primeiros anos da década de 70, a crise económica internacional, associada ao choque petrolífero de 1973, e as mudanças políticas internas, decorrentes da Revolução de abril de 1974, favoreceram a mudança no cooperativismo nacional. Como em crises económicas anteriores, procuravam-se alternativas ao capitalismo. Ao mesmo tempo, desapareceram os impedimentos políticos e administrativos

que tinham limitado as diversas expressões associativas da sociedade portuguesa. Estes fatores estimularam o aparecimento de novas cooperativas e exigiram, também, a adaptação das que já existiam. Globalmente, acentuando a tendência anterior, as cooperativas enquadraram-se num cooperativismo de produção ou num cooperativismo de utentes. Os dados apresentados no quadro anterior mostram que o total de cooperativas quase triplicou nos anos que se seguiram à Revolução, somando mais de 2700, em 1978. A expansão do movimento cooperativo é indissociável das múltiplas iniciativas cívicas que visavam resolver problemas das comunidades (falta de habitação, estabelecimentos de ensino, abastecimentos, atividades culturais, etc.) e das experiências de autogestão (unidades fabris, construção civil, exploração da terra, etc.), acompanhando os intensos debates políticos e ideológicos. A constituição de diferentes cooperativas enquadrava-se nas dinâmicas sociais, económicas e políticas desses anos, diminuindo ao longo da década seguinte. No âmbito do cooperativismo de produção, destaca-se o aumento de cooperativas de produção operária (construção civil, metalomecânica ligeira, têxtil), que passaram a ser mais de 400, em 1976. Crescimento ainda mais notável verificou-se na produção agrícola, passando de 466, em 1976, para 1073, dois anos mais tarde. Estes dados incluem tanto as coope-

Cooperativas existentes em Portugal entre 1974 e 1978

Tipos	1974	1976	1978
Agrícolas	401	466	1073
Produção operária	10	410	674
Habitação	40	73	120
Consumo	193	310	417
Caixas de Crédito	132	132	133
Diversas	174	342	298
Total	950	1743	2715

Fonte: Henrique S. da Silva (1995).

rativas agrícolas criadas durante o Estado Novo, como as Unidades Coletivas de Produção/Cooperativas, que surgiram no âmbito da “reforma agrária revolucionária”. Em muitos casos, o número contabilizado em 1978 corresponde a cooperativas e unidades coletivas de produção que já estavam a funcionar em anos anteriores, mas cujo diploma de legalização apenas foi publicado mais tarde no *Diário da República*. Apesar de a larga maioria ter surgido na Zona de Intervenção da Reforma Agrária, houve várias que foram criadas fora desta delimitação e, até, em regiões distantes desse “sul revolucionário”, como aconteceu com a cooperativa Os Pioneiros, de Cortiços (Macedo de Cavaleiros, Bragança). Muitas podem ter tido uma existência curta, fundindo-se

com outras ou desaparecendo, e nem sequer foram formalizadas. Pelo contrário, outras funcionaram durante muitos anos, podendo continuar até à atualidade, caso da Cooperativa Agrícola do Mouchão do Inglês (Alpiarça, Santarém). Ainda que os grêmios da lavoura tenham sido extintos em setembro de 1974, as cooperativas que lhes estavam associadas continuaram a funcionar. No Verão Quente de 1975, o Ministério da Agricultura e Pescas promulgou o Decreto-Lei n.º 390/75, que obrigava à rápida realização de eleições em todas as cooperativas agrícolas, viabilizando a adoção de formas democráticas de gestão e funcionamento. Os governos da transição reconheceram a relevância destas cooperativas, que asseguravam o funcionamento de infraestruturas necessárias para garantir o abastecimento público de bens essenciais e para dinamizar as atividades agrícolas regionais. Ainda que, na prática, estivessem ligadas aos organismos de coordenação económica, que existiram até meados da década de 80, foram sendo introduzidas mudanças para responder à crescente liberalização dos mercados. Se muitas cooperativas não foram bem-sucedidas e encerraram, outras prosperaram e mantiveram-se em atividade (por exemplo, a Cooperativa Agrícola de Alcobaça, Leiria, fundada em 1932). Após um certo declínio, o cooperativismo de utente recuperou depois de 1974. Às cooperativas de

consumo que sobreviveram durante a ditadura (como a Cooperativa de Consumo Piedense, Almada, Setúbal, desde 1893), somaram-se mais de duas centenas até 1978 (caso da Cooperativa de Consumo Unidade Popular de Grândola, Setúbal, em 1976). Neste âmbito incluem-se, igualmente, as cooperativas de habitação e dezenas de outras com atividades culturais e educativas (a primeira foi a CEBE – Cooperativa de Ensino de Benfica, Lisboa, a funcionar desde outubro de 1974). As cooperativas prestadoras de serviços multiplicaram-se ainda mais a partir da década de 80. Com um quadro político e constitucional propício à liberdade de iniciativa e ao exercício da cidadania, o movimento cooperativo diversificou-se e expandiu-se em várias direções, abrangendo atividades e captando membros tanto em áreas rurais, como urbanas. Ainda que a UNICOOP tenha desaparecido, o dinamismo revelou-se, igualmente, na multiplicação de organizações de segundo grau, agregando cooperativas com abrangência setorial e/ou geográfica. Uma das primeiras foi a Federação Nacional de Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, criada em 1978. O Estado implementou, também, várias modalidades de apoio à renovação do movimento cooperativo, nomeadamente através da Comissão de Apoio às Cooperativas, formada em 1975 (Secretaria de Estado do Planeamento), e da constituição, no ano seguinte, do INSCOOP – Instituto

António Sérgio para as Cooperativas (Ministério do Trabalho). As cooperativas sempre estiveram ligadas a vários ministérios, conforme os fins a que se dedicavam, funcionando o instituto como promotor de iniciativas que favorecessem a difusão do espírito cooperativo e as interligações internacionais do movimento nacional. Em 1980, a promulgação do Código Cooperativo (Decreto-Lei n.º 454/80) revogou o velho Código Comercial de 1888, tornando o país um dos poucos da Europa com um regime jurídico adequado às especificidades das cooperativas. De certa forma, este diploma traduziu o culminar de mais de um século de debates e experiências cooperativistas em Portugal. V. tb. AGRICULTURA; ASSISTÊNCIA SOCIAL; AUTOGESTÃO; BAPTISTA, FERNANDO OLIVEIRA; CINEMA; DOCUMENTARISMO; GERVÁSIO, ANTÓNIO JOAQUIM; GODINHO, JOSÉ MAGALHÃES; GONÇALVES, JOSÉ BENTO; TORRE BELA; UNIDADES COLETIVAS DE PRODUÇÃO.

[Du F]

Bibliografia: Dulce FREIRE – *Portugal e a Terra. Itinerários de modernização da agricultura na segunda metade do século XX*. Dissertação de doutoramento (dactilografada). Lisboa: Fac. Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007 • Dulce FREIRE, Joana Dias PEREIRA – “Consumers co-operatives in Portugal: debates and experiences from the 19th to the 20th century”, in M. Wilson, S. Neunsinger and G. Patmore (eds.), *A Global History of Consumer Co-operation since 1850: movements and bussiness*. Leiden: Brill, 2014 • Henrique S. SILVA – “Co-

perativas em Portugal (passado e presente, entre a mudança e a continuidade)", in *Anuário de Estudos Cooperativos*, Bilbao: Universidad de Deusto, 1995.

COPCON. Ver como **Comando Operacional do Continente** (COPCON).

Correia, EUGÉNIO MARIA NUNES Anacoreta (Coimbra, 12-10-1939). Filho de Joaquim Anacoreta Correia e de Elisa Nunes Bento Anacoreta Correia. Casado com Maria Joana da Providência Santarém e Costa. Licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Iniciou o seu percurso profissional em Angola, onde exerceu o cargo de diretor do Gabinete de Estudo e Planeamento da Secretaria Provincial de Comunicação de Angola. Dedicou-se igualmente à função docente como assistente na Universidade de Luanda e, após o seu regresso à Metrópole, na Universidade do Porto, cidade onde fixou residência. Aderiu ao Partido do Centro Democrático Social (CDS) em 1974. Foi presidente da Comissão Executiva Concelhia do Porto e membro do Secretariado da Comissão Política do partido centrista. Fundador, juntamente com outros dirigentes do CDS, do Instituto Democracia e Liberdade (IDL), associação política destinada ao estudo "dos fenómenos sociais do livre exercício da democracia em Portugal, nomeadamente os que respeitam à democracia cristã", presidiu aos seus destinos entre janeiro de 1980,

em substituição de Amaro da Costa, que fora entretanto indigitado ministro da Defesa, e 1988. Na qualidade de presidente do IDL, dirigiu a publicação do instituto, a revista *Democracia e Liberdade*. Foi deputado pelo partido centrista nas I (1976-1980), II (1980-1983) e III (1983-1985) Legislaturas, tendo sido eleito, respetivamente, pelos círculos de Viana do Castelo, Faro e Porto. Na Assembleia da República, desempenhou as funções de presidente da Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano, entre 1979 e 1980, e de secretário da Comissão Parlamentar de Habitação e Equipamento Urbano na II Legislatura. Na qualidade de deputado, integrou ainda a delegação do Parlamento português junto das Assembleias Parlamentares dos países da EFTA, entre 1980 e 1985. Em finais da década de oitenta, dedicou-se à atividade diplomática, tendo representado a República Portuguesa, na qualidade de embaixador, na República Democrática de São Tomé e Príncipe e na República de Cabo Verde. Foi membro fundador e presidente da Mesa da Assembleia de Curadores da Fundação Cidade de Lisboa. Presidente da comissão instaladora do Observatório da Língua Portuguesa, associação sem fins lucrativos vocacionada para a projeção da língua portuguesa no mundo, exerce, desde 2011, a presidência do respetivo Conselho de Administração.

Agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Mérito.

[E A]

Fontes e Bibliografia: *Registo Biográfico dos Senhores Deputados* – Arquivo Histórico Parlamentar • *Anuário Diplomático e Consular Português*, 4 vols., Ministério dos Negócios Estrangeiros/ Instituto Diplomático, Lisboa, 2000 • *Democracia e Liberdade*. • **Sítios da Internet:** www.institutoamarodacosta.com/xms/files/O_Instituto/escritura_1975.pdf; cons. 15 jun. 2013 • www.fundacaocidadedelisboa.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=44&Itemid=47; cons. 15 jun. 2013.

Correia, JOSÉ ÂNGELO FERREIRA (Almada, 15-7-1945). Militante histórico do PPD/PSD, deputado, ministro e gestor. Aluno do liceu D. João de Castro, em Lisboa. Envolve-se, na sua juventude, nos movimentos de ação católica (Juventude Escolar Católica, JEC, e Juventude Universitária Católica, JUC), de que se afasta com cerca de 19 anos. Engenheiro químico pelo Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa, em 1968, e licenciado em gestão de empresas pelo Instituto de Estudos Sociais, do Ministério das Corporações e Previdência Social (entidade posteriormente na origem do ISCTE), também em 1968. Integra, a seguir, o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros, onde trabalha, entre outros, com João Salgueiro, João Cravinho e Vítor Constâncio. Cumpre o serviço militar em Timor, de 1970 a 1972, onde testemunha diretamente a influência do império portu-

guês no Oriente e desempenha funções de ajudante-de-campo e, mais tarde, de chefe de gabinete do governador. Inicia, neste período, a construção de uma rede internacional de contactos que será marcante, no seu percurso. No regresso, desempenha funções em várias entidades, em Portugal, bem como num grupo económico australiano. Acompanha a formação do PPD desde o seu início, envolvendo-se no processo poucos dias depois do 25 de Abril, embora apenas tenha entregado a sua inscrição em julho, formalizada em agosto de 1974. Desempenha um papel importante na implantação do partido na região de Aveiro, onde passa o mês de agosto de 1974, durante o seu período de férias, a estabelecer as bases do partido no distrito. É eleito, em 1975, com 29 anos, deputado do PPD à Assembleia Constituinte, ocupando o terceiro lugar da lista do círculo eleitoral de Aveiro. A estadia em Timor marca a sua atividade na Assembleia Constituinte, realizando duas intervenções sobre a descolonização do território. Poucos dias depois do II Congresso do PPD, em dezembro de 1975, subscreve o documento *Militantes do PSD Apresentam Condições*, integrando o grupo autointitulado de "condicionais", posteriormente constituído no Centro de Estudos e Reflexão Social-Democrático (CERESD). A 13 de janeiro de 1976 é eleito vogal da direção do Grupo Parlamentar do PPD. Em abril, é eleito deputado da Assembleia